

RECURSO ESPECIAL Nº 1.832.044 - MG (2019/0241326-9)

RELATORA : **MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**
RECORRENTE : **ESTADO DE MINAS GERAIS**
PROCURADORES : **SERGIO TIMO ALVES - MG074170**
 : **MARIA CAROLINA BELTRÃO SAMPAIO - MG144228**
RECORRIDO : **SBC COMERCIAL DE MOVEIS DE MADEIRA LTDA**
ADVOGADOS : **JONATAS HONORIO DA SILVA - MG176265**
 : **FELIPE LOBATO CARVALHO MITRE - MG098741N**

DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial, interposto pelo ESTADO DE MINAS GERAIS, com fundamento na alínea **a** do permissivo constitucional, contra acórdão do Tribunal de Justiça do referido Estado, assim ementado:

"DIREITO TRIBUTÁRIO - APELAÇÃO - EXECUÇÃO FISCAL - EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE - ICMS - DECADÊNCIA - INOCORRÊNCIA — PRESCRIÇÃO - OCORRÊNCIA EM RELAÇÃO A PARTE DO CRÉDITO - RECURSO PROVIDO EM PARTE.

- Conforme firmado pelo Superior Tribunal de Justiça, no tema 383 dos recursos repetitivos, nos tributos sujeitos a lançamento por homologação, como é o caso do ICMS devido por contribuinte optante do SIMPLES, considera-se lançado o tributo, com a entrega da declaração ao Fisco, e o prazo prescricional inicia-se na data de vencimento da obrigação.

- Não há como falar em prescrição de parte do crédito executado, eis que, em relação a tal crédito, não transcorreram cinco anos entre a data de vencimento da obrigação e a data em que ordenada a citação" (fl. 122e).

Opostos Embargos de Declaração, foram eles rejeitados, nos seguintes termos:

"DIREITO PROCESSUAL CIVIL - EMBARGOS DECLARATÓRIOS - OMISSÃO - INOCORRÊNCIA - QUESTIONAMENTO - RECURSO IMPRÓPRIO - REJEIÇÃO.

- Embargos declaratórios não constituem via recursal adequada para questionamento de julgado" (fl. 136e).

Nas razões do Recurso Especial, aponta-se violação aos arts. 927, III, e 1.022, II, ambos do CPC/2015, bem como ao art. 219, § 1º do CPC/73, sustentando, de início, omissão não suprida em sede de Embargos de Declaração, eis que "o TJMG invocou o REsp. 1.120.295 mas deixou de aplicar a diretriz dele emanada no que toca à retroação dos efeitos do despacho citatório à data da propositura da execução fiscal para o fim de se computar a prescrição executiva (S 1º do art. 219 CPC/1973)" (fl. 146e).

Alega que "cumpriria ao TJMG observar o Recurso Especial Repetitivo em sua plenitude, sob pena de violação ao art. 927 do CPC, bem como do próprio art. 219, § 1º, que foi desconsiderado" (fl. 149e); que "o Superior Tribunal de Justiça, em relação à interrupção da prescrição, pacificou o entendimento de que o art. 219, § 1º, do Código de Processo Civil, segundo o qual a interrupção da prescrição retroagirá à data de propositura da ação, aplica-se às Execuções Fiscais" (fl. 149e); que "o despacho que ordenou a citação ocorreu em 27/08/2014, fl. 17, mas a retroação dos efeitos interruptivos da fluência do prazo prescricional deve alcançar 05/11/2013, data do ajuizamento da execução fiscal (fl. 02/02v)" (fl. 150e).

Por fim, requer "que seja conhecido (CF/88, art. 105, III, "a") e provido o presente recurso, seja para cassar o v. acórdão proferido em sede de embargos de declaração e determinar que outro seja proferido, seja para reformar o v. acórdão recorrido, nos termos supra requeridos" (fl. 151e).

O Recurso Especial foi admitido pelo Tribunal de origem (fls. 156/157e).

Na origem, trata-se de apelação contra sentença que acolheu Exceção de Pré-Executividade, reconhecendo a ocorrência da prescrição e julgando extinta a Execução Fiscal.

O apelo foi parcialmente provido (fls. 122/124e).

Opostos Embargos de Declaração pela parte ora recorrente, foram eles rejeitados.

Daí a interposição do presente Recurso Especial, que merece prosperar.

Assiste razão à parte recorrente, no que diz respeito à alegação de ofensa ao art. 1.022 do CPC/2015, o qual dispõe que cabem Embargos de Declaração quando for omitido ponto sobre o qual devia pronunciar-se o juiz ou tribunal.

Sobre o referido dispositivo processual, pertinente a lição doutrinária de José Carlos Barbosa Moreira, segundo a qual **há omissão quando o tribunal deixa de apreciar questões relevantes para o julgamento, suscitadas por qualquer das partes ou examináveis de ofício, ou quando deixa de pronunciar-se acerca de algum tópico da matéria submetida à sua deliberação, em causa de sua competência originária, ou obrigatoriamente sujeita ao duplo grau de jurisdição, ou ainda mediante recurso**. Podem os embargos visar ao suprimento de omissão constante da fundamentação do acórdão. Por

outro lado, o Órgão julgador **não tem o dever de expressar sua convicção acerca de todos os argumentos utilizados pelas partes, por mais impertinentes e irrelevantes que sejam; mas, salvo quando totalmente óbvia, há de declarar a razão pela qual assim os considerou** (Comentários ao Código de Processo Civil, Vol. V, 11ª edição, Rio de Janeiro: Forense, 2003, pp. 548-549).

Nesse sentido, aliás, é que a Segunda Turma do STJ, ao julgar o REsp 302.669/SP (DJ de 7.4.2003, p. 257) e o REsp 462.449/SP (DJ de 10.3.2003, p. 176), ambos da relatoria da Ministra ELIANA CALMON, deixou assentado que, em nosso sistema processual, o juiz não está adstrito aos fundamentos legais apontados pelas partes. Exige-se, apenas, que a decisão seja fundamentada, aplicando o magistrado, ao caso concreto, a legislação por ele considerada pertinente. Entretanto, consoante anotado pela Ministra Eliana Calmon, há que se identificar as questões levantadas pelas partes potencialmente influentes, cuja apreciação, em tese, poderia modificar o resultado do julgamento da causa. Nesse diapasão, **deve o tribunal pronunciar-se sobre as questões devolvidas nas razões ou nas contrarrazões do recurso, bem como sobre as questões surgidas no acórdão**, sob pena de se obstaculizar o acesso à instância extraordinária.

Eis as ementas dos supracitados acórdãos da Segunda Turma do STJ:

"PROCESSO CIVIL – VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC – PREQUESTIONAMENTO EM EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.

1. Em nosso sistema processual, o juiz não está adstrito aos fundamentos legais apontados pelas partes. Exige-se, apenas, que a decisão seja fundamentada. Aplica o magistrado ao caso concreto a legislação por ele considerada pertinente.
2. Há que se identificar, entretanto, as teses jurídicas levantadas pelas partes potencialmente influentes, cuja apreciação, em tese, poderia modificar o resultado do julgamento da causa.
3. Nesse diapasão, **deve o Tribunal de Apelação pronunciar-se sobre as questões devolvidas nas razões ou nas contra-razões do recurso ou sobre as surgidas no próprio acórdão, sob pena de se obstaculizar o acesso à instância extraordinária.**
4. À luz do princípio do devido processo legal, não é suficiente a afirmativa de que possuem os embargos declaratórios caráter infringente, ao argumento de que não existe omissão, obscuridade ou contradição na decisão embargada, eis que a prestação jurisdicional deve ser completa, clara e precisa.
5. Questão surgida no julgamento do apelo, ensejando dúvida quanto à condenação em juros moratórios. Violação ao art. 535 do CPC.
6. Recurso especial provido" (STJ, REsp 462.449/SP, Rel. Ministra

ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, DJ de 10.3.2003, p. 176).

"PROCESSO CIVIL – VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC – PREQUESTIONAMENTO EM EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.

1. Em nosso sistema processual, o juiz não está adstrito aos fundamentos legais apontados pelas partes. Exige-se, apenas, que a decisão seja fundamentada. Aplica o magistrado ao caso concreto a legislação por ele considerada pertinente.

2. Há que se identificar, entretanto, as teses jurídicas levantadas pelas partes potencialmente influentes, cuja apreciação, em tese, poderia modificar o resultado do julgamento da causa.

3. Nesse diapasão, **deve o Tribunal de Apelação pronunciar-se sobre as questões devolvidas nas razões ou nas contra-razões do recurso ou sobre as surgidas no próprio acórdão, sob pena de se obstaculizar o acesso à instância extraordinária.**

4. À luz do princípio do devido processo legal, não é suficiente a afirmativa de que possuem os embargos declaratórios caráter infringente, ao argumento de que não existe omissão, obscuridade ou contradição na decisão embargada, eis que a prestação jurisdicional deve ser completa, clara e precisa.

5. Prequestionamento por via de embargos não examinados.

6. Recurso especial parcialmente provido" (STJ, REsp 302.669/SP, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, DJ de 7.4.2003, p. 257).

Nos presentes autos, das razões da Apelação e dos Embargos de Declaração apresentados ao Tribunal de origem pelo ora recorrente, verifica-se que foi suscitada a questão referente à aplicação do art. 219, § 1º, do CPC/73, nos seguintes termos:

"Ademais, o despacho do juiz que ordenou a citação da executada - marco interruptivo do prazo prescricional, nos termos do art. 174, parágrafo único, I, do CTN - foi proferido em 27 de agosto de 2014, na vigência do CPC/73, cujo art. 219, caput e §1º, prescrevia:

Art. 219. A citação válida torna prevento o juízo, induz litispendência e faz litigiosa a coisa; e, ainda quando ordenada por juiz incompetente, constitui em mora o devedor e interrompe a prescrição.

§1º A interrupção da prescrição retroagirá à data da propositura

da ação.

Tal disposição foi mantida pelo CPC/15, em seu art. 240, § 1º (fl. 94e).

"Ocorre que o acórdão embargado aplicou o precedente vinculativo (REsp. 1.120.295 - tema 383 repetitivo) de forma parcial, omitindo-se na consideração de sua inteireza, pois como consta do próprio julgado:

"O Codex Processual, no § 1º, do artigo 219, estabelece que a interrupção da prescrição, pela citação, retroage à data da propositura da ação, o que, na seara tributária, após as alterações promovidas pela Lei Complementar 118/2005, conduz ao entendimento de que o marco interruptivo atinente à prolação do despacho que ordena a citação do executado retroage à data do ajuizamento do feito executivo, a qual deve ser empreendida no prazo prescricional". (grifo nosso)

Nesse contexto, cumpre suprir a omissão acima apontada para o fim de se aplicar o Recurso Especial Repetitivo em sua plenitude, sob pena de violação ao **art. 927 do CPC**.

Com efeito, o Superior Tribunal de Justiça, em relação à interrupção da prescrição, pacificou o entendimento de que o art. 219 § 1º do Código de Processo Civil, segundo o qual a interrupção da prescrição retroagirá à data da propositura da ação, aplica-se às Execuções Fiscais" (fls. 129/130e)

Não obstante os supracitados argumentos, extraídos das razões recursais dos Embargos de Declaração, ficou sem a apreciação a questão suscitada como omissa.

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, III, do RISTJ, **dou provimento** ao Recurso Especial, para anular o acórdão dos Embargos de Declaração, a fim de que o Tribunal de origem se pronuncie, de maneira motivada e atendendo aos fatos e circunstâncias constantes dos autos, sobre a questão suscitada como omissa, ainda que para indicar os motivos pelos quais venha considerar tal questão impertinente ou irrelevante, na espécie.

I.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES

Relatora